ENTRE A MOBILIZAÇÃO EM REDE E OS LIMITES DA DEMOCRATIZAÇÃO: O PAPEL DAS MÍDIAS SOCIAIS NA PRIMAVERA ÁRABE

DOI: 10.61623/cpe.v12n18.a08
Submetido em: 26/02/2026. Aceito em: 20/04/2026.
ISSN: 2359-5280 | e-ISSN: 2447-228X

Elisa Lobo Pereira[1]

Resumo

O artigo analisa o papel das mídias sociais na mobilização política durante a Primavera Árabe, com foco na Tunísia, no Egito e na Líbia. Com base nos referenciais da sociedade em rede e da ciberdemocracia, investiga-se a contribuição das plataformas digitais para a organização dos protestos e os limites estruturais de seus impactos nos processos de democratização pós-2011. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, analítica e comparativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise de dados secundários. Os resultados indicam que as mídias sociais atuaram como catalisadoras da ação coletiva, ao facilitar a circulação de informações e a mobilização horizontal, especialmente entre jovens. Contudo, seus efeitos democratizantes mostraram-se condicionados por fatores institucionais e políticos nacionais, produzindo desfechos distintos: regressão democrática na Tunísia, reconsolidação autoritária no Egito e fragmentação político-institucional na Líbia. Conclui-se que, embora centrais para a mobilização, as mídias sociais não foram suficientes para garantir a consolidação democrática.

Palavras-chave: Política Internacional. Direito Internacional. Relações Exteriores.

1 Doutoranda e Mestra pela PUC Minas. Graduada em Direito e em Relações Internacionais pela mesma instituição. Pós-graduada em Direito Penal e Direito Processual Penal. Corregedora Legislativa na Câmara Municipal de Mariana/MG. Professora na Faculdade de Direito de Conselheiro Lafaiete (FDCL). Pesquisadora na Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul. E-mail: elisalobope@gmail.com. ORCID: 0009-0001-1271-580X.

BETWEEN NETWORKED MOBILIZATION AND THE LIMITS OF DEMOCRATIZATION: THE ROLE OF SOCIAL MEDIA IN THE ARAB SPRING

Abstract

This article examines the role of social media in political mobilization during the Arab Spring, focusing on Tunisia, Egypt, and Libya. Drawing on the theoretical frameworks of the network society and cyberdemocracy, it analyzes the extent to which digital platforms contributed to protest organization and the structural limits shaping their impact on post-2011 democratization processes. The study adopts a qualitative, analytical, and comparative approach, based on a literature review and secondary data analysis. The findings indicate that social media functioned as key catalysts for collective action by facilitating information flows and horizontal mobilization, particularly among youth. However, their democratizing effects were constrained by national institutional and political factors, leading to divergent outcomes: democratic regression in Tunisia, authoritarian reconsolidation in Egypt, and political-institutional fragmentation in Libya. The article concludes that while social media played a central role in mobilization, they were insufficient on their own to ensure democratic consolidation.

Keywords: International Politics. International Law. Foreign Relations.

ENTRE LA MOVILIZACIÓN EN RED Y LOS LÍMITES DE LA DEMOCRATIZACIÓN: EL PAPEL DE LAS REDES SOCIALES EN LA PRIMAVERA ÁRABE

Resumen

El artículo analiza el papel de las redes sociales en la movilización política durante la Primavera Árabe, con énfasis en Túnez, Egipto y Libia. A partir de los marcos teóricos de la sociedad en red y la ciberdemocracia, se investiga la contribución de las plataformas digitales a la organización de las protestas y los límites estructurales de su impacto en los procesos de democratización posteriores a 2011. La investigación adopta un enfoque cualitativo, analítico y comparativo, basado en la revisión bibliográfica y el análisis de datos secundarios. Los resultados indican que las redes sociales actuaron como catalizadoras de la acción colectiva al facilitar la circulación de información y la movilización horizontal, especialmente entre los jóvenes. No obstante, sus efectos democratizadores estuvieron condicionados por factores institucionales y políticos nacionales, dando lugar a desenlaces diferenciados: regresión democrática en Túnez, reconsolidación autoritaria en Egipto y fragmentación político-institucional en Libia. Se concluye que, aunque centrales para la movilización, las redes sociales no fueron suficientes para garantizar la consolidación democrática.

Palabras clave: Política Internacional. Derecho Internacional. Relaciones Exteriores.

Introdução

A emergência das mídias sociais no início do século XXI redefiniu profundamente os modos de comunicação, organização social e participação política, especialmente em contextos marcados por restrições à liberdade de expressão e por regimes autoritários. Inseridas na lógica da sociedade em rede, conforme formulada por Manuel Castells (2012), essas plataformas digitais passaram a operar como infraestruturas centrais de circulação de informações, articulação de demandas coletivas e mobilização política. Nesse cenário, a Primavera Árabe desponta como um dos casos empíricos mais relevantes para a análise das relações entre tecnologia, ação coletiva e democracia na era digital.

A partir de 2010, uma série de levantes populares no Norte da África e no Oriente Médio colocou em xeque regimes autocráticos historicamente consolidados, revelando a centralidade das mídias sociais na organização dos protestos, na difusão de denúncias e na construção de narrativas públicas de resistência. Tunísia, Egito e Líbia destacam-se nesse processo tanto pela intensidade das mobilizações quanto pela queda de seus respectivos líderes autoritários, ainda que tenham apresentado trajetórias políticas profundamente distintas no período pós-revolucionário. Essa diversidade de desfechos evidencia a necessidade de uma análise que vá além de interpretações tecnodeterministas, considerando os limites estruturais que condicionam os efeitos democratizantes das mídias digitais.

Embora autores como Castells (2015) e Bennett e Segerberg (2013) tenham destacado o papel das redes digitais na organização da ação coletiva, essas abordagens, embora fundamentais para compreender a mobilização em rede, nem sempre incorporam de forma sistemática os condicionantes institucionais e políticos que moldam os processos de democratização. Por outro lado, estudos voltados aos desdobramentos pós-Primavera Árabe frequentemente negligenciam o papel das dinâmicas comunicacionais na eclosão das mobilizações. Essa dissociação evidencia uma lacuna analítica que este artigo busca enfrentar.

Diante desse contexto, este artigo busca responder às seguintes questões de pesquisa: em que medida as mídias sociais, enquanto infraestrutura comunicacional da sociedade em rede, contribuíram para a mobilização política durante a Primavera Árabe e quais limites estruturais condicionaram seus efeitos sobre os processos de democratização na Tunísia, no Egito e na Líbia? Parte-se da hipótese de que as mídias sociais desempenharam papel

decisivo como catalisadoras da mobilização e da ação coletiva, ao reduzirem custos organizacionais, ampliarem a circulação de informações e possibilitarem formas horizontais de coordenação política; contudo, seus impactos sobre a consolidação democrática mostraram-se condicionados por fatores institucionais, políticos e militares específicos a cada contexto nacional.

Metodologicamente, o estudo adota uma abordagem qualitativa, de caráter analítico e comparativo, fundamentada na revisão bibliográfica de autores clássicos e contemporâneos da sociologia política, da comunicação e dos estudos sobre democracia digital, bem como na análise de dados secundários e relatórios institucionais. A articulação entre teoria e empiria permite compreender a Primavera Árabe não apenas como um evento conjuntural, mas como expressão de transformações mais amplas nas formas de ação coletiva e participação política na sociedade em rede.

Este artigo contribui para a literatura ao propor uma análise integrada entre os debates sobre sociedade em rede, ação conectiva e os desdobramentos institucionais da Primavera Árabe. Diferentemente de abordagens que enfatizam apenas o caráter mobilizador das mídias sociais ou adotam perspectivas tecnodeterministas, este estudo demonstra que os efeitos políticos dessas tecnologias são condicionados por estruturas institucionais e dinâmicas de poder específicas. Ao articular uma análise comparada entre Tunísia, Egito e Líbia, o trabalho evidencia que a mobilização digital, embora central, não é suficiente para explicar os resultados divergentes dos processos de democratização.

O artigo está estruturado em cinco seções, além desta introdução. A segunda seção apresenta os conceitos de sociedade em rede e ciberdemocracia, discutindo seus impactos sobre a democracia contemporânea. A terceira seção contextualiza o fenômeno da Primavera Árabe, destacando suas principais causas e características. A quarta seção analisa a importância das mídias sociais na organização e difusão dos protestos. A quinta seção examina os desdobramentos políticos que levaram à queda dos regimes autocráticos da Tunísia, da Líbia e do Egito. A sexta seção é composta pelas considerações finais, que sintetizam os principais achados da pesquisa, avaliam a hipótese formulada e apontam limites e possibilidades para futuras investigações sobre democracia e mobilização política na era digital. Por fim, tem-se as referências bibliográficas que ampararam a elaboração do presente estudo.

1. Sociedade em rede, mídias sociais e Democracia

A transformação social em direção à sociedade em rede constitui um dos fenômenos mais marcantes das últimas décadas, expressando uma reorganização profunda das relações sociais, econômicas e culturais a partir de sistemas de comunicação interligados globalmente pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Trata-se, portanto, não apenas de uma mudança tecnológica, mas de uma alteração estrutural na forma como a informação circula, como as interações sociais se estabelecem e como os processos de poder e participação são organizados.

Manuel Castells (2012), em sua obra seminal *The Rise of the Network Society*, concebe a sociedade em rede como uma nova morfologia social na qual as redes passam a constituir a estrutura central de funcionamento das sociedades contemporâneas. Para o autor, essas redes reconfiguram simultaneamente a produção econômica, a experiência do poder e as práticas culturais, ao colocar a informação e o conhecimento no centro das dinâmicas sociais e políticas (Castells, 2012). Nesse sentido, as TICs não apenas ampliam as possibilidades comunicacionais, mas transformam os próprios fundamentos da organização social.

A lógica das redes implica que os fluxos comunicacionais e a conectividade tecnológica atuem como articuladores das práticas sociais, substituindo, em muitos contextos, estruturas hierárquicas rígidas por arranjos mais flexíveis, distribuídos e adaptáveis. Essa configuração possibilita a integração contínua de indivíduos, grupos e instituições em circuitos de interação nos quais informações, valores e significados circulam de forma intensa e em tempo quase real (Knell, 2021). Assim, a sociedade em rede caracteriza-se como um sistema aberto e dinâmico, capaz de incorporar inovações sem comprometer sua coerência estrutural.

Esse processo impacta diretamente as experiências de tempo e espaço social. As redes digitais permitem a simultaneidade de interações em diferentes contextos e localidades, redefinindo a forma como os sujeitos percebem e vivenciam os processos comunicacionais e sociais (Castells, 2012; Knell, 2021). Tal reconfiguração se manifesta ainda na crescente interdependência entre a vida *offline* e as interações mediadas digitalmente, fenômeno amplamente analisado no campo da sociologia digital e dos estudos da sociedade digital (Serpa, 2021).

Nesse cenário, a sociedade em rede torna-se um marco explicativo fundamental para compreender as transformações sociopolíticas atuais,

especialmente no que se refere às formas de participação democrática e à reconfiguração da esfera pública. A centralidade da informação e do conhecimento passa a influenciar diretamente as práticas políticas e os mecanismos de participação cidadã. Ao mesmo tempo, algoritmos, plataformas digitais e dispositivos tecnológicos introduzem novos desafios, como a intensificação da polarização política, o aprofundamento de desigualdades e a necessidade de modelos de regulação e governança capazes de mitigar efeitos adversos sobre a democracia (Fuchs, 2023).

Essa reconfiguração estrutural incide de maneira significativa sobre o próprio conceito de democracia. Batista *et al*. (2017) recordam que o conceito clássico de democracia remonta à Grécia Antiga, especialmente à experiência ateniense, na qual a participação política era restrita aos cidadãos livres, entendidos como sujeitos dotados de plenos direitos. Os autores distinguem, nesse sentido, o conceito de "cidadão" daquele de "povo", ressaltando, contudo, que elementos como participação política, sociedade civil e movimentos sociais permanecem centrais na relação entre sociedade e Estado, ainda que ressignificados ao longo do tempo por transformações históricas e tecnológicas.

Na sociedade em rede, essas transformações intensificam-se com a ascensão da Internet e, posteriormente, das mídias sociais digitais, que ampliam as possibilidades de interação política e de formação da opinião pública. Castells (2015) argumenta que a Internet constitui a infraestrutura central da comunicação global contemporânea, ao permitir que indivíduos atuem simultaneamente como emissores e receptores de informação, rompendo com o modelo unidirecional da comunicação política tradicional. Esse ambiente comunicacional descentralizado cria condições para novas formas de engajamento político, baseadas na conectividade, na circulação acelerada de informações e na articulação em rede de atores sociais.

É nesse contexto que emerge o conceito de ciberdemocracia, compreendido como a ampliação das práticas democráticas por meio das tecnologias digitais. Para Grosselli (2012) e Lopes e Freire (2010), a Internet configura-se como um espaço de debate democrático no qual cidadãos conectados participam de discussões políticas, acessam informações governamentais e constroem posicionamentos coletivos. A ciberdemocracia, nesse sentido, não substitui a democracia representativa, mas a reconfigura, incorporando novas formas de participação mediadas tecnologicamente.

Melo e Albuquerque (2020) destacam que o ambiente ciberdemocrático se caracteriza pela maior liberdade de circulação da informação, pela intensificação da interação entre Estado e sociedade e pelo fortalecimento da inteligência coletiva entre os cidadãos. Essas dinâmicas contribuem para uma reformulação

da democracia, marcada pela ampliação dos espaços de debate público e pela diversificação das formas de participação política. Essa perspectiva dialoga com Recuero (2000), ao enfatizar que as redes digitais devem ser compreendidas não apenas como estruturas técnicas, mas como espaços de sociabilidade nos quais se constroem laços sociais, discursos e disputas simbólicas.

As mídias sociais assumem papel central nesse processo ao funcionarem como arenas públicas híbridas, que articulam comunicação interpessoal, mídia de massa e ação coletiva. Chadwick (2017) observa que essas plataformas integram um sistema híbrido de mídia, no qual atores políticos, cidadãos e instituições disputam narrativas, visibilidade e legitimidade no espaço público. Bennett e Segerberg (2013), por sua vez, argumentam que as redes digitais favorecem formas de ação conectiva, nas quais a mobilização política ocorre de maneira mais personalizada, descentralizada e flexível, ainda que nem sempre institucionalizada.

Entretanto, a ampliação das possibilidades participativas promovida pelas mídias sociais não ocorre sem tensões. Autores como Sunstein (2017) e Van Dijck, Poell e De Waal (2018) alertam para os riscos associados à fragmentação da esfera pública, à formação de bolhas informacionais e à concentração de poder nas grandes plataformas digitais. Esses fenômenos podem comprometer a qualidade do debate democrático ao restringir a diversidade de perspectivas e favorecer processos de polarização política. Assim, a sociedade em rede amplia os canais de participação, mas simultaneamente impõe novos desafios à democracia contemporânea.

Apesar dessas limitações, diversos estudos ressaltam o potencial das mídias sociais para enfrentar a apatia política e aproximar os cidadãos dos processos decisórios. Dutra e Oliveira (2018) sugerem que o ciberespaço pode ser compreendido como uma nova ágora digital, na qual temas relevantes são debatidos e dramatizados, contribuindo para a formação de posicionamentos políticos entre os chamados "cibercidadãos". Melo e Albuquerque (2020) reforçam que esse protagonismo não implica o retorno à democracia direta nos moldes da Grécia Antiga, mas a consolidação de um modelo democrático social que fortalece os vínculos entre sociedade civil e Estado.

Nesse sentido, Lopes e Freire (2010) argumentam que a ciberdemocracia ultrapassa os limites das democracias locais ao assumir um caráter transnacional, possibilitando a formação de uma opinião pública em escala global. Esse fenômeno não representa o enfraquecimento do Estado, mas a constituição de um novo espaço político caracterizado por fluxos comunicacionais intensos e pela ampliação do acesso à informação. Assim, a democracia na sociedade em rede deve ser compreendida como um processo em constante transformação,

no qual as mídias sociais atuam simultaneamente como instrumentos de ampliação da participação e como arenas de disputa política e simbólica.

Dessa forma, o diálogo entre os autores evidencia que a sociedade em rede redefine profundamente as bases da democracia contemporânea. As mídias sociais, inseridas nesse contexto, configuram-se como elementos centrais na rearticulação da esfera pública, ampliando as possibilidades de engajamento e deliberação, ao mesmo tempo em que exigem abordagens críticas capazes de enfrentar seus limites estruturais. A compreensão desses fenômenos demanda, portanto, uma análise integrada entre tecnologia, comunicação e política, reconhecendo a complexidade e as contradições inerentes à democracia na era digital.

2. A Primavera Árabe e o papel das mídias sociais na mobilização política

A Primavera Árabe designa um amplo ciclo de mobilizações sociais, protestos populares e conflitos políticos que emergiram a partir de 2010 no Norte da África e no Oriente Médio, configurando um dos mais expressivos processos de contestação política do início do século XXI. Longe de constituir um evento homogêneo ou circunscrito a um único país, esse fenômeno deve ser compreendido como resultado da convergência entre condições estruturais de longa duração, como regimes autoritários, desigualdades socioeconômicas persistentes e práticas sistemáticas de repressão política, e transformações recentes nos modos de comunicação e organização coletiva, características da sociedade em rede. Nesse sentido, Bijos e Silva (2013) observam que a própria denominação "Primavera Árabe" estabelece uma analogia simbólica com a Primavera de Praga, evocando a ideia de ruptura política e resistência a sistemas autoritários consolidados.

O contexto político que antecedeu a eclosão desses levantes era marcado por um cenário profundamente repressivo, atravessado pelo crescente descontentamento da população diante da perda de direitos civis, dos elevados índices de desemprego, da pobreza estrutural e da corrupção endêmica. Conforme analisa Elias (2023), esses elementos atuaram como fatores propulsores das reivindicações que deram origem a movimentos populares de rua em diversos países do mundo árabe. Tal interpretação dialoga com Castells (2015) e Joffé (2011), ao destacar que a crise econômica global de 2008 agravou vulnerabilidades já existentes na região, intensificando o

desemprego juvenil, a inflação e o aumento do custo de vida, especialmente no que se refere aos preços dos alimentos e da energia.

Nesse cenário, a juventude emergiu como ator central das mobilizações. Hoffmann e Jamal (2014) demonstram que o desemprego juvenil atingiu níveis críticos, acompanhado pela precarização das oportunidades educacionais e pela ausência de perspectivas de mobilidade social. Elias (2023) reforça essa leitura ao destacar que, em países como o Egito, a inexistência de trabalho estável, a precariedade dos serviços públicos – como saúde e educação – e a percepção de um futuro bloqueado produziram um ambiente de frustração coletiva que gradualmente corroeu o medo historicamente imposto pelos regimes autoritários. A indignação acumulada converteu-se, assim, em ação política.

O estopim simbólico da Primavera Árabe ocorreu na Tunísia, mais precisamente na cidade de Sidi Bouzid, com a autoimolação do vendedor ambulante Mohamed Bouazizi, em 17 de dezembro de 2010, após sucessivos confiscos de seus meios de subsistência pelas autoridades locais. Conforme destaca Elias (2023), o funeral de Bouazizi reuniu milhares de pessoas e tornou-se um marco inicial das manifestações, ampliadas pela revolta popular contra a corrupção governamental e a repressão estatal. Ramos (2015) interpreta esse episódio como uma narrativa de forte identificação coletiva, na qual o sofrimento individual passou a simbolizar a condição social de amplos segmentos da população. Castells (2015) acrescenta que o gesto de Bouazizi adquiriu um valor simbólico particularmente significativo entre os jovens submetidos ao desemprego estrutural e à negação sistemática de dignidade.

A queda do presidente tunisiano Zine El Abidin Ben Ali, após mais de duas décadas no poder, evidenciou o potencial de contágio regional do movimento. A partir da Tunísia, as mobilizações espalharam-se rapidamente por países como Egito, Líbia, Iêmen, Síria, Bahrein e Jordânia, além de provocarem protestos e incidentes em nações como Argélia, Marrocos, Arábia Saudita, Líbano e Sudão (Esteves, 2012; Elias, 2023). Embora distintos em seus desfechos, esses movimentos foram amplamente reconhecidos como expressões de reivindicações democráticas, centradas na luta contra a pobreza, a corrupção, o desemprego, a repressão policial e o desrespeito sistemático aos direitos humanos.

No Egito, entre 2010 e 2011, as mídias sociais assumiram papel decisivo na organização e difusão dos protestos contra o regime de Hosni Mubarak, que governava o país havia mais de três décadas. Elias (2023) destaca que jovens egípcios utilizaram intensamente as redes sociais para exigir o fim do regime, denunciando abusos policiais, injustiças sociais e a corrupção

estrutural do Estado. Esse processo evidencia a centralidade dos meios digitais como infraestruturas de mobilização política na sociedade em rede. Castells (2015) interpreta essas mobilizações como expressões de ação coletiva em rede, caracterizadas pela ausência de liderança centralizada e pela comunicação horizontal mediada pela Internet, enquanto Bennett e Segerberg (2013) as compreendem como formas de ação conectiva, baseadas na articulação flexível de indivíduos por meio de plataformas digitais.

Outro aspecto relevante desse processo foi a capacidade dos meios digitais de conectar uma pluralidade de identidades em diferentes espaços simultaneamente, permitindo que experiências locais adquirissem ressonância nacional e internacional. No Egito, esse protagonismo juvenil foi decisivo para a ocupação da Praça Tahrir, no Cairo, onde cerca de um milhão de pessoas, em sua maioria jovens, reuniram-se para reivindicar uma sociedade mais justa, democrática e livre. Esse episódio ilustra como as mídias sociais atuaram não apenas como instrumentos de comunicação, mas também como catalisadores simbólicos e organizacionais da mobilização política.

Dados empíricos corroboram esse protagonismo juvenil. De acordo com o *Arab Social Media Report* (Dubai School of Government, 2011b), em 2010, 78% dos usuários do Facebook na Tunísia e no Egito tinham entre 15 e 29 anos, enquanto na Líbia esse percentual alcançava 67%, evidenciando que os chamados "ciberativistas" eram majoritariamente jovens. Nesse contexto, destacaram-se atores individuais que passaram a exercer papel relevante na circulação de informações. Um exemplo foi o analista político Sultan Al Qassemi, que utilizou o Twitter para narrar os acontecimentos na Tunísia e, posteriormente, no Egito. Segundo Borges (2012), o crescimento exponencial de sua audiência revela a capacidade das redes sociais de transformar indivíduos em nós centrais de difusão informacional.

Diante da centralidade da Internet na propagação dos protestos, os governos autoritários passaram a adotar estratégias de repressão digital. Castells (2015) descreve esse processo como uma "ciberguerra", caracterizada pelo bloqueio da Internet, pela exclusão de conteúdos em plataformas como Facebook e pela censura de páginas ativistas. Ainda assim, como observa Borges (2012), os manifestantes encontraram brechas para continuar difundindo informações, recorrendo ao uso de celulares e ao envio de vídeos para fora do país, o que evidencia que a Internet extrapolou seu papel de instrumento político, tornando-se também um meio de resistência.

Mesmo nos contextos em que a Internet foi temporariamente interrompida, como na Tunísia, no Egito e na Líbia, a circulação de informações não foi totalmente contida. A emissora Al Jazeera desempenhou papel fundamental ao

retransmitir conteúdos provenientes das redes sociais, rompendo o bloqueio informacional imposto pelos regimes. Conforme aponta Lian (2013), muitas organizações de mídia ocidentais, impossibilitadas de manter correspondentes no Egito, passaram a retransmitir as imagens veiculadas pela emissora, o que ampliou ainda mais a visibilidade internacional dos protestos.

Outro episódio emblemático da mobilização no Egito foi o assassinato do blogueiro Khaled Said, espancado até a morte por policiais após denunciar casos de corrupção envolvendo agentes estatais. A tentativa das autoridades de caracterizar sua morte como suicídio gerou forte indignação social. Conforme observa Souza (2014), as imagens de seu corpo circularam intensamente pelas redes digitais, impulsionando protestos e manifestações. A partir desse episódio, surgiu o movimento We Are All Khaled Said, criado por Wael Ghonim no Facebook, que se tornou um importante espaço de articulação política. Segundo Luz (2014), foi por meio desse grupo que se organizaram protestos massivos, incluindo a mobilização de 25 de janeiro de 2011, na Praça Tahrir, conhecida como o "dia de fúria".

A articulação entre juventude, mídias sociais e indignação coletiva reforça, assim, a compreensão da Primavera Árabe como um fenômeno intrinsecamente vinculado à lógica da sociedade em rede. Como argumentam Van Dijck, Poell e De Waal (2018), as plataformas digitais configuram arenas centrais de disputa política, nas quais se articulam visibilidade, poder e ação coletiva. No caso da Primavera Árabe, essas arenas possibilitaram a circulação transnacional das reivindicações, a superação parcial da censura estatal e a construção de uma narrativa global de resistência, ainda que marcada por limites, contradições e disputas.

Dessa forma, ao articular contribuições clássicas e estudos recentes, torna-se possível compreender a Primavera Árabe como um processo histórico multifacetado, no qual condições estruturais de opressão e desigualdade se entrelaçam às transformações comunicacionais da sociedade em rede. As mídias sociais emergem, nesse contexto, como elementos centrais na redefinição das formas de mobilização, resistência e participação política no mundo árabe contemporâneo.

A partir desse conjunto de aportes, observa-se que a sociedade em rede não apenas redefine a circulação de informações e a constituição de vínculos sociais, mas também reconfigura os modos de participação política e as disputas por visibilidade e legitimidade no espaço público. As mídias sociais, ao operarem como arenas híbridas e transnacionais, podem ampliar repertórios de engajamento e coordenação coletiva, ao mesmo tempo em que expõem tensões associadas à governança das plataformas, à polarização

e às assimetrias de acesso e influência (Chadwick, 2017; Van Djick, Poell e De Waal, 2018).

3. A queda dos regimes autocráticos na Tunísia, no Egito e na Líbia

Conforme já explanado na seção anterior, as mobilizações que emergiram a partir de 2010 inauguraram um novo ciclo de contestação sociopolítica na região, impulsionado por demandas por melhores condições de vida, ampliação da participação política e superação de práticas repressivas, ainda que tenham produzido desfechos distintos em cada contexto nacional. Foi a partir desse contexto que foram desencadeadas as quedas de regimes autocráticos historicamente consolidados, como os de Zine el-Abidine Ben Ali, na Tunísia, Hosni Mubarak, no Egito, e Muammar Gaddafi, na Líbia (Bijos e Silva, 2013, p. 59). O quadro a seguir exemplifica categoricamente os aludidos acontecimentos, veja-se:

Quadro 1 – Fatos desencadeadores, consequências e desfechos políticos da Primavera Árabe

País	Fato deflagrador	Data	Consequência	Tempo no poder	Designação da manifestação	Desdobramento
Tunísia	Autoimolação de Mohamed Bouazizi, como forma de protesto contra o confisco de seus bens de trabalho pelas autoridades	17/12/2010	Deposição do ditador Zine El Abidine Ben Ali	Desde 1990	Revolução de Jasmim (flor símbolo da Tunísia)	El Abidin Ben Ali foi condenado a 35 anos de prisão. A eleição presidencial está prevista para ser realizada até o fim de 2014.
Egito	Protestos motivados pela Revolução de Jasmim, influenciada pela tortura, espancamento e morte do jovem Khaled Said pela polícia egípcia.	25/01/2011	Deposição do ditador Hosni Mubarak	Desde 1981	Dias de Fúria, Revolução de Lótus (flor símbolo do Egito), Revolução do Nilo	Hosni Mubarak responde a processos criminais no Egito. Dois presidentes eleitos pós-Mubarak foram depostos. O governo provisório está nas mãos do novo presidente Abdel Fatah Sisi.
Líbia	Protestos motivados pela Revolução de Jasmim	02/2011	Deposição do Muammar Kadhafi (Kadafi; Gaddafi)	Desde 1969	Guerra Civil Líbia ou Revolução Líbia	Muammar Kadhafi foi capturado e morto no fim de 2011, cedendo o poder ao Congresso Nacional Geral.

Fonte: Elias (2023).

Analisando o quadro anterior, é possível identificar tanto padrões estruturais comuns quanto particularidades nos processos de mobilização e ruptura política na Tunísia, Líbia e Egito. A análise comparada evidencia que, apesar das diferenças históricas e institucionais, os casos compartilham elementos centrais, como a longa permanência de líderes autoritários no poder, o recurso recorrente à violência estatal e a intensificação do descontentamento social diante de crises econômicas e políticas persistentes (Bijos e Silva, 2013; Elias, 2023).

Na Tunísia, o episódio catalisador das mobilizações foi a autoimolação de Mohamed Bouazizi, em dezembro de 2010, evento que adquiriu forte valor simbólico ao expressar, de forma extrema, frustrações coletivas relacionadas ao desemprego, à corrupção e à arbitrariedade das autoridades estatais (Castells, 2015). A deposição de Ben Ali, que governava o país desde 1990, não apenas marcou o início do processo revolucionário regional, como também consolidou a Tunísia como referência inicial da Primavera Árabe. A denominação "Revolução de Jasmim" reflete a construção simbólica do movimento, enquanto os desdobramentos posteriores indicam tentativas de reorganização institucional, embora permeadas por persistentes fragilidades socioeconômicas (Luz, 2014; Guedes, 2021).

No Egito, as mobilizações populares também foram impulsionadas pela morte do jovem Khaled Said, conforme explicado na seção anterior. O caso tornou-se símbolo da repressão do regime de Hosni Mubarak e contribuiu para a ampliação dos protestos iniciados em janeiro de 2011 (Preston, 2011; Luz, 2014). O prolongado período de governo de Mubarak, iniciado em 1981, evidencia a centralização do poder político e a ausência de mecanismos efetivos de alternância, fatores que intensificaram o descontentamento popular. Embora as manifestações, conhecidas como Dias da Fúria ou Revolução do Lótus, tenham resultado na deposição do presidente, os desdobramentos políticos posteriores revelaram a fragilidade do processo de transição, culminando na consolidação de um novo regime autoritário sob liderança militar (Guedes, 2021).

O caso líbio apresentou uma dinâmica substancialmente distinta. Influenciados pelos acontecimentos na Tunísia e no Egito, os protestos contra o regime de Muammar Gaddafi foram duramente reprimidos, contando com o apoio das forças armadas ao governo, que se mantinha no poder desde 1969 (Luz, 2014). A escalada da violência levou à transformação das manifestações em um conflito armado de grandes proporções e à aprovação da Resolução 1973 pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, que autorizou a intervenção militar internacional no país. A captura e morte de Gaddafi, em outubro de

2011, simbolizaram o colapso do regime, mas não resultaram em estabilidade política, inaugurando um prolongado período de fragmentação institucional e insegurança (Luz, 2014; Guedes, 2021).

Nesse sentido, o Quadro 1 contribui para a compreensão comparativa da Primavera Árabe ao demonstrar que, embora os protestos tenham sido impulsionados por causas estruturais semelhantes, como autoritarismo prolongado, repressão estatal e insatisfação social, seus resultados políticos variaram significativamente. A análise conjunta dos casos evidencia que fatores como o posicionamento das forças armadas, o grau de violência empregado pelos regimes e a intervenção de atores externos foram determinantes para os diferentes desfechos observados nos processos pós-Primavera Árabe (Bijos e Silva, 2013; Patel, Bunce e Wolchik, 2014).

Além das transformações internas, a Primavera Árabe caracterizou-se pelo espraiamento transnacional de demandas sociopolíticas. Segundo Patel, Bunce e Wolchik (2014), esse processo foi favorecido tanto pelo impacto simbólico positivo das mobilizações iniciais, que alcançaram seus objetivos em curto prazo, quanto pelas semelhanças históricas, políticas e econômicas entre os países da região. A existência de uma língua comum e de experiências compartilhadas de autoritarismo facilitou a circulação de ideias, estratégias e repertórios de ação coletiva entre diferentes contextos nacionais.

Os meios de comunicação, especialmente as redes sociais e a cobertura midiática internacional, desempenharam papel central na difusão das ideias revolucionárias, acelerando o contágio dos protestos de um país para outro (Ryan, 2014). Conforme destacam Tavares, Silva e Capelini (2014), esse "efeito contágio" extrapolou os limites regionais do Norte da África e do Oriente Médio, influenciando movimentos sociais em outras partes do mundo, como o Occupy Wall Street, nos Estados Unidos, e o movimento dos Indignados, na Espanha, evidenciando o alcance global das mobilizações iniciadas no mundo árabe (Lopes, 2013).

A análise de médio e longo prazo indica que as consequências da Primavera Árabe foram duradouras, porém profundamente assimétricas. Ainda que as mobilizações tenham emergido de repertórios semelhantes de contestação ao autoritarismo, à corrupção e à deterioração socioeconômica, os desfechos posteriores revelaram trajetórias divergentes, nas quais o papel das instituições, das forças armadas e dos arranjos constitucionais se mostrou decisivo para a configuração contemporânea de cada Estado (Bijos e Silva, 2013; Patel, Bunce e Wolchik, 2014).

Na Tunísia, o período imediatamente posterior a 2011 foi inicialmente interpretado como um ciclo de transição promissor, marcado pela abertura

do sistema político e por tentativas de limitação da concentração de poder. Contudo, a persistência de insatisfações socioeconômicas, associada à fragmentação partidária e à crise de governabilidade, criou condições para um processo de regressão democrática. As medidas excepcionais adotadas pelo presidente Kais Saied a partir de julho de 2021 reconfiguraram o equilíbrio entre Executivo e Legislativo, sendo amplamente analisadas como um movimento de recentralização do poder e enfraquecimento dos mecanismos de controle institucional. O referendo constitucional de 2022 reforçou essa reorientação do pacto institucional, afetando a separação de poderes e o sistema de garantias políticas construído no pós-2011 (Koehler, 2023; Boussen e Lakhal, 2022).

No Egito, a queda de Mubarak não resultou em democratização duradoura. A literatura especializada aponta que, após 2013, o regime liderado por Abdel Fattah al-Sisi consolidou um processo de reconcentração autoritária, caracterizado pela redução do espaço cívico, pelo fortalecimento de instrumentos coercitivos e pela reconfiguração institucional em favor de uma centralização decisória robusta. As emendas constitucionais de 2019 ampliaram prerrogativas presidenciais e enfraqueceram a independência judicial, com impactos diretos sobre direitos e garantias políticas (Hofmann, 2021; ICJ, 2019). Esse processo pode, então, ser interpretado como uma forma de autoritarismo consolidado, que não representa mera restauração do regime anterior, mas uma reengenharia das estruturas de poder.

Na Líbia, por fim, a Primavera Árabe resultou na ruptura do regime sem que se estabelecesse uma autoridade estatal unificada capaz de organizar a transição política. O colapso do governo em 2011 foi seguido por fragmentação político-militar, competição entre centros de poder e crises recorrentes de governança, prolongando a instabilidade do país. Iniciativas patrocinadas pelas Nações Unidas buscaram, desde 2020, estabelecer um roteiro institucional para a unificação e a realização de eleições, mas a ausência de consenso sobre o marco constitucional e eleitoral permaneceu como obstáculo estrutural ao processo (International Crisis Group, 2021; United Nations, 2024; UNSMIL, 2025; United Nations Security Council, 2023). Nesse contexto, a consequência central da Primavera Árabe no caso líbio foi a substituição de um autoritarismo centralizado por uma ordem política fragmentada e competitiva, marcada pela elevada vulnerabilidade institucional (Luz, 2014).

Em perspectiva comparada, os três casos demonstram que os impactos da Primavera Árabe não podem ser compreendidos apenas a partir do momento revolucionário inicial, mas sobretudo do modo como estruturas institucionais, relações civil-militares e arranjos constitucionais foram reconstituídos no pós-2011. As trajetórias divergentes de Tunísia, Egito e Líbia evidenciam os

limites e as possibilidades dos processos de mudança política em contextos marcados por autoritarismo prolongado e profundas desigualdades sociais.

4. Considerações finais

A investigação desenvolvida ao longo deste artigo partiu da compreensão de que a emergência da sociedade em rede representa uma inflexão estrutural nas formas de organização social, comunicação política e exercício do poder. Conforme discutido a partir de Castells (2012; 2015), essa transformação não se limita à introdução de novas tecnologias, mas redefine a própria morfologia social ao deslocar a centralidade das hierarquias institucionais tradicionais para redes comunicacionais descentralizadas, dinâmicas e interconectadas. Nesse contexto, as mídias sociais assumem papel estratégico como infraestruturas centrais da circulação da informação, da construção de narrativas públicas e da articulação da ação coletiva.

Foi à luz desse referencial que este estudo buscou responder às seguintes questões: em que medida as mídias sociais, enquanto infraestrutura comunicacional da sociedade em rede, contribuíram para a mobilização política durante a Primavera Árabe, e quais limites estruturais condicionaram seus efeitos sobre os processos de democratização na Tunísia, no Egito e na Líbia? A análise articulou teoria e empiria para demonstrar que a conectividade digital exerceu influência significativa sobre os modos de mobilização, sem, contudo, determinar de forma linear ou automática os desfechos políticos observados no pós-2011.

Os resultados da pesquisa indicam que as mídias sociais atuaram como importantes catalisadoras da mobilização política durante a Primavera Árabe. Ao reduzir custos organizacionais, acelerar a difusão de denúncias e permitir a conexão de indivíduos e grupos dispersos em redes horizontais, essas plataformas favoreceram formas de ação coletiva compatíveis com a lógica da sociedade em rede. Tal dinâmica se expressou de maneira particularmente intensa entre jovens, que se apropriaram das mídias digitais para articular protestos, compartilhar experiências de repressão e construir narrativas de indignação coletiva. Nesse sentido, os casos analisados corroboram os aportes teóricos de Castells (2015) e de Bennett e Segerberg (2013), ao evidenciarem a emergência de ações coletivas em rede e de ações conectivas caracterizadas pela comunicação horizontal, pela ausência de liderança centralizada e pela flexibilidade organizacional.

Contudo, a análise comparada dos casos da Tunísia, do Egito e da Líbia revela que o potencial mobilizador das mídias sociais encontrou limites estruturais significativos quando confrontado com os arranjos institucionais e as correlações de poder vigentes em cada contexto nacional. Embora a conectividade digital tenha contribuído para a queda de regimes autocráticos, os desfechos políticos posteriores foram profundamente assimétricos. Na Tunísia, observou-se um ciclo inicial de abertura política seguido por um processo de regressão democrática e recentralização do poder; no Egito, a mobilização resultou na reconsolidação de um regime autoritário sob nova arquitetura institucional; e, na Líbia, a ruptura do regime deu lugar a um cenário prolongado de fragmentação político-militar e instabilidade estatal. Esses resultados reforçam a ideia de que a mobilização em rede, por si só, não é suficiente para garantir a consolidação democrática, sendo decisivos fatores como a relação civil-militar, a capacidade estatal e o desenho constitucional.

Outro aspecto central evidenciado pela pesquisa diz respeito à inserção das mídias sociais em um sistema híbrido de mídia, conforme proposto por Chadwick (2017). A Primavera Árabe mostrou que as plataformas digitais não operam isoladamente, mas em interação constante com a mídia tradicional, instituições políticas e atores transnacionais. Essa articulação ampliou a visibilidade das mobilizações, rompeu parcialmente bloqueios informacionais impostos por regimes autoritários e permitiu a circulação transnacional de narrativas de resistência. Ao mesmo tempo, esse sistema híbrido produziu novas vulnerabilidades democráticas, como a fragmentação da esfera pública, a intensificação da polarização e a disputa assimétrica por visibilidade, aspectos amplamente problematizados por Sunstein (2017) e por Van Dijck, Poell e De Waal (2018).

Diante desse conjunto de evidências, é possível afirmar que a hipótese formulada neste estudo foi corroborada. As mídias sociais intensificaram a mobilização e a coordenação da ação coletiva durante a Primavera Árabe, confirmando seu papel como infraestrutura comunicacional central da sociedade em rede. Entretanto, seus efeitos democratizantes mostraram-se condicionados por fatores político-institucionais e pelas dinâmicas próprias do ecossistema midiático contemporâneo, no qual abertura e vulnerabilidade coexistem. Assim, a pesquisa reforça uma leitura não determinista da relação entre tecnologia e democracia, afastando interpretações que atribuem às mídias digitais um papel automaticamente emancipatório.

Nesse sentido, os achados deste estudo permitem avançar criticamente em relação à literatura existente. Ao contrário de interpretações que atribuem às mídias sociais um papel central e, por vezes, suficiente para a transformação

política, os resultados aqui apresentados demonstram que tais abordagens tendem a subestimar o peso das estruturas institucionais e das relações de poder na definição dos desfechos políticos. Da mesma forma, análises centradas exclusivamente nos processos pós-revolucionários revelam limitações ao desconsiderarem o papel das dinâmicas comunicacionais na eclosão e na intensidade das mobilizações. Ao articular esses dois níveis analíticos, este trabalho enfrenta a lacuna identificada na literatura, evidenciando que a mobilização em rede e os resultados institucionais não devem ser analisados de forma dissociada, mas como dimensões interdependentes de um mesmo processo de transformação política.

Do ponto de vista analítico, este estudo demonstra que a compreensão dos impactos políticos das mídias sociais exige a integração entre dinâmicas comunicacionais e condicionantes institucionais, superando a fragmentação predominante na literatura. Ao articular, de forma sistemática, o conceito de sociedade em rede, os debates sobre ciberdemocracia e ação conectiva e a análise comparada dos desdobramentos políticos da Primavera Árabe, o artigo evidencia que as mídias sociais devem ser compreendidas simultaneamente como condição de possibilidade da mobilização política contemporânea e como espaço de disputa marcado por assimetrias de poder, cujos efeitos dependem das estruturas institucionais e sociais nas quais estão inseridas.

Em termos mais amplos, a análise da Primavera Árabe permite avançar na compreensão da democracia na era digital ao demonstrar que os processos de mudança política não podem ser explicados exclusivamente nem pela tecnologia nem pelas estruturas institucionais isoladamente, mas pela interação complexa entre ambas. A sociedade em rede amplia repertórios de engajamento, acelera ciclos de contestação e redefine a esfera pública, mas não elimina a centralidade das instituições, dos pactos políticos e das correlações de força na definição dos rumos democráticos. Nesse sentido, o estudo contribui para o debate contemporâneo ao indicar que os desafios da democracia digital não residem apenas no uso das tecnologias, mas na capacidade de articular conectividade, inclusão política e institucionalidade democrática de forma sustentável.

Como desdobramento final, este estudo abre espaço para novas agendas de pesquisa que aprofundem a compreensão das relações entre sociedade em rede, mídias sociais e democracia em contextos de transformação política. Investigações futuras podem explorar, de forma comparada, como diferentes arquiteturas institucionais e regimes de governança digital moldam os efeitos da mobilização em rede ao longo do tempo, bem como analisar o papel dos

algoritmos, da moderação de conteúdo e da economia política das plataformas na configuração da esfera pública digital.

Além disso, estudos empíricos que incorporem métodos mistos, combinando análise de redes, etnografia digital e investigação institucional, podem contribuir para esclarecer como práticas cotidianas de uso das mídias sociais se articulam a processos mais amplos de mudança política, especialmente em contextos autoritários ou híbridos. Ao ampliar o olhar para além do momento inicial de mobilização, essas pesquisas podem oferecer contribuições relevantes para o debate sobre os limites e as possibilidades da democracia na era digital, fortalecendo uma abordagem crítica e não determinista das tecnologias de comunicação.

Referências

BATISTA, Bianca *et al*. Ciberdemocracia: os novos rumos e consequências da virtualização da democracia. In: *Mostra Interativa da Produção Estudantil em Educação Científica e Tecnológica* 2017. Ijuí: Unijuí, 2017.

BENNETT, W. Lance; SEGERBERG, Alexandra. *The Logic of Connective Action*: Digital Media and the Personalization of Contentious Politics. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

BIJOS, Leila; SILVA, Patrícia Almeida da. Análise da Primavera Árabe: um estudo de caso sobre a revolução jovem no Egito. *Revista CEJ*, v. 17, n. 59, p. 58-71, 2013.

BORGES, Thassio. Redes sociais foram o combustível para as revoluções no mundo árabe. *Opera Mundi*, 4 jan. 2012. Disponível em: http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/18943/redes+sociais+foram+o+combustivel+para+as+revolucoes+no+mundo+arabe.shtml. Acesso em: 25 fev. 2026.

BOUSSEN, Zied; LAKHAL, Malek. Tunisia in the Wake of the Referendum: A New Divisive Constitution. *Arab Reform Initiative*, 23 ago. 2022. Disponível em: https://www.arab-reform.net/publication/tunisia-in-the-wake-of-the-referendum-a-new-divisive-constitution/. Acesso em: 27 fev. 2026.

CASTELLS, Manuel. *Networks of Outrage and Hope*: Social Movements in the Internet Age. 2. ed. Cambridge: Polity, 2015.

CASTELLS, Manuel. *The Rise of the Network Society*. 2. ed. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2012.

CHADWICK, Andrew. *The Hybrid Media System*: Politics and Power. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2017.

DUBAI SCHOOL OF GOVERNMENT. Civil Movements: The Impact of Facebook and Twitter. *Arab Social Media Report*, v. 1, n. 2, 2011a.

DUBAI SCHOOL OF GOVERNMENT. Facebook Usage: Factors and Analysis. *Arab Social Media Report*, v. 1, n. 1, 2011b.

DUTRA, Deo Campos; OLIVEIRA, Eduardo F. Ciberdemocracia: a Internet como ágora digital. *Revista Direitos Humanos e Democracia*, v. 6, n. 11, p. 134-166, 2018.

ELIAS, Alice. Primavera Árabe. *Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo*, 24 maio 2023. Disponível em: https://www.fflch.usp.br/50927. Acesso em: 25 fev. 2026.

ESTEVES, João Amorim. A intervenção da comunidade internacional na Primavera Árabe. *Lusíada. Direito*, n. 5-6, 2012.

FUCHS, Christian. *Digital Democracy and the Digital Public Sphere*. Abingdon: Routledge, 2023.

GROSSELLI, Grasiela. *Ciberdemocracia*: (re)pensar a democracia representativa a partir das redes sociais virtuais. 2012. 209 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

GUEDES, Maria Julia. 10 anos da Primavera Árabe: entenda o que mudou desde as revoltas! *Politize!*, 26 mar. 2021. Disponível em: https://www.politize.com.br/10-anos-da-primavera-arabe. Acesso em: 22 jun. 2021.

HOFFMANN, Michael; JAMAL, Amaney. Political Attitudes of Youth Cohorts. In: LYNCH, Marc (org.). *The Arab Uprisings Explained*: New Contentious Politics in the Middle East. Nova York: Columbia University Press, 2014.

HOFMANN, Amadea. The Consolidation of Authoritarianism in Egypt: A Systematic Erosion of the Rule of Law. *Rule of Law Journal*, v. 2, p. 48-76, 2021.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. *Libya*: Elections Postponed, Insecurity Entrenched. Bruxelas, 2021.

JOFFÉ, George. A Primavera Árabe no Norte de África: origens e perspectivas de futuro. *Relações Internacionais*, n. 30, p. 85-116, 2011.

KNELL, Mark. The Digital Revolution and Digitalized Network Society. *Review of Evolutionary Political Economy*, v. 2, p. 9-25, 2021.

KOEHLER, Kevin. Breakdown by Disengagement: Tunisia's Transition from Representative Democracy. *Political Research Exchange*, v. 5, n. 1, 2023.

LIAN, Gabriela Santos. *A rede de televisão árabe Al Jazeera*: crescimento e relevância no contexto local e internacional. 2013. 119 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

LOPES, Francisco Cristiano; FREIRE, Geovana Maria Cartaxo de Arruda. *Ciberdemocracia*: os novos rumos de uma democracia planetária. 2010.

LOPES, Gustavo Chaves. As redes sociais e os novos fluxos de agendamento: uma análise da cobertura da *Al Jazeera* sobre a Primavera Árabe. *Palabra Clave*, v. 16, n. 3, p. 789-811, 2013.

LOPES, Dawisson Elvécio Belém; OLIVEIRA, João Paulo Ferraz. O mundo árabe pós-2010: entre a primavera e o inverno. *Em Debate*, v. 5, n. 2, p. 64-75, 2013.

LUZ, Camila Antunes da. *A propagação da democracia na Primavera Árabe*: a influência dos fatores internacionais na difusão da democratização na Tunísia, no Egito e na Líbia. 2014. 63 f. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

LIBYANS Still Waiting to Realize Their Aspirations for Sustained Peace, Democracy, Mission Head Tells Security Council, Stressing Importance of Political Settlement. *United Nations*, 15 fev. 2024. Disponível em: https://press.un.org/en/2024/sc15592.doc.htm. Acesso em: 22 jul. 2026.

MELO, Vinicius Holanda; ALBUQUERQUE, Newton de Menezes. Ciberdemocracia e a crise de representatividade no Brasil: a pluralidade de vozes no ambiente democrático. In: VII Jornada de Direitos Fundamentais, 2020, Fortaleza. *Anais* [...] Fortaleza: Rede Interamericana de Direitos Fundamentais e Democracia, 2020.

PATEL, David; BUNCE, Valerie; WOLCHIK, Sharon. Diffusion and Demonstration. In: LYNCH, Marc (org.). *The Arab Uprisings Explained*: New Contentious Politics in the Middle East. Nova York: Columbia University Press, 2014.

PRESTON, Jennifer. Facebook and YouTube Fuel the Egyptian Protests. *The New York Times*, 5 fev. 2011.

RAMOS, Luiz Felipe Gondin. *Origens da Primavera Árabe*: uma proposta de classificação analítica. 2015. 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especalização em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

RECUERO, Raquel. A Internet e a nova revolução na comunicação mundial. *Raquel Recuero*, dez. 2000. Disponível em: http://www.raquelrecuero.com/revolucao.htm. Acesso em: 25 fev. 2026.

RYAN, Curtis R. Inter-Arab Relations and the Regional System. In: LYNCH, Marc (org.). *The Arab Uprisings Explained*: New Contentious Politics in the Middle East. Nova York: Columbia University Press, 2014.

SANTOS FILHO, Onofre dos. Os movimentos contestatórios no Oriente Médio e no Norte da África: a Tunísia é a solução? *Estudos Internacionais*, v. 1, n. 1, p. 37-58, 2013.

SERPA, Sandro. Digital Society and Digital Sociology: One Thing Leads to the Other. *Science Insights*, v. 38, n. 3, p. 314-316, 2021.

SNOUSSI, Thouraya *et al*. Political Listening and Podcasting: The Case of Tunisia. *Journal. Media*, v. 5, n. 4, p. 1433-1451, 2024.

SOUSA, Gonçalo. Como as redes sociais provocaram a Primavera Árabe. *Estratégia Digital*, 4 mar. 2014. Disponível em: http://www.estrategiadigital.pt/como-as-redes-sociais-provocaram-a-primavera-arabe/. Acesso em: 18 maio 2016.

SUNSTEIN, Cass R. *#Republic*: Divided Democracy in the Age of Social Media. Princeton: Princeton University Press, 2017.

TAVARES, Gilead Marchezi; SILVA, Gustavo Roberto da; CAPELINI, Thalita Calmon. *Occupy everything!*: uma análise das manifestações sociais mundo afora ocorridas no ano de 2011 – seus panoramas políticos e modos de instrumentalização. *Psicologia Política*, v. 14, n. 30, p. 243-261, 2014.

TUNISIA: A Rigged Referendum Delivers Constitution Threatening Democracy and Human Rights. *International Commission of Jurists (ICJ)*, 27 jul. 2022. Disponível em: https://www.icj.org/tunisia-a-rigged-referendum-delivers-constitution-threatening-democracy-and-human-rights/. Acesso em: 27 fev. 2026.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. United Nations Support Mission in Libya: Report of the Secretary-General. S/2023/248. Nova York: United Nations, 5 abr. 2023. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/4008632/files/S_2023_248-EN.pdf. Acesso em: 24 jul. 2026.UNITED NATIONS SUPPORT MISSION IN LIBYA (UNSMIL). UNSMIL Mandate. *United Nations*, 2025. Disponível em: https://unsmil.unmissions.org/en/unsmil-mandate. Acesso em: 24 jul. 2026.

VAN DIJCK, José; POELL, Thomas; DE WAAL, Martijn. *The Platform Society*: Public Values in a Connective World. Oxford: Oxford University Press, 2018.